

# ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA REDE DE DENÚNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

*Antonio Paiva SILVA<sup>3</sup>  
Liliane CUTRIM<sup>4</sup>  
Flávia de Almeida MOURA<sup>5</sup>*

**RESUMO:** O trabalho tem como objetivo analisar estratégias de comunicação e mobilização social utilizadas pela rede de denúncia do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Fazem parte desta rede a ONG Repórter Brasil, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascáran (CDVDH/CB), entre outras. O presente artigo está focado na análise da atuação de duas entidades específicas: CPT e Repórter Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estratégias de comunicação. Mobilização social. Trabalho escravo contemporâneo.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the strategies of communication and social mobilization used by the network of denounce of contemporary slavery work in Maranhão. The NGO Repórter Brasil, Pastoral Land Commission (CPT), the International Labour Organization (ILO), the Carmen Bascáran Center for the Defense of Life and Human Rights of Açailândia (CDVDH/CB), among others, are part of that network. This article focuses on the analysis of the performance of two specific entities: CPT and Repórter Brazil.

---

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, habilitação Relações Públicas. E-mail: paiva-silva017@hotmail.com

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, habilitação Jornalismo. E-mail: lyly.any@hotmail.com

<sup>5</sup> Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, mestre em Ciências Sociais e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação UFMA/PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). E-mail: flaviaalmeidamoura29@gmail.com

**KEY-WORDS:** Strategies of communication. Social mobilization. Contemporary slavery work.

## 1. Introdução

O presente artigo é pautado em estudos desenvolvidos pelo projeto de pesquisa Representações do trabalhador escravo (e acerca dele) em instâncias midiáticas e estratégias de comunicação em redes de denúncia no Maranhão<sup>6</sup>. A proposta é desenvolver uma análise das estratégias de comunicação utilizadas pela rede de denúncia e combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Fazem parte desta rede a ONG Repórter Brasil, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascáran (CDVDH/CB), entre outras. O artigo tem como foco a análise das estratégias de comunicação de duas entidades com atuação ativa na rede: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a ONG Repórter Brasil.

Para esta análise, utilizamos os referenciais teórico-metodológicos de autores ligados, principalmente, aos campos das Ciências Sociais e Comunicação, como Jesús Martín-Barbero (2001), nas discussões de mediações, levando em consideração os conceitos de lugares de mediação, que são a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural; nas questões de mobilização social à luz de Enesita Araújo (2000), que discute o poder simbólico nas relações entre os atores sociais; de Márcio Simeone Henriques (2007), na discussão sobre estratégias de mobilização social; além do estudo de Redes, abordado por Michel Grossetti (2009), que será utilizado para compreender as relações entre as redes de defesa do trabalhador em situação de escravidão e autores que tratam do trabalho escravo contemporâneo, como Neide Esteci (1994).

A CPT é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e compõe o quadro de entidades da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

---

<sup>6</sup> O projeto de pesquisa é coordenado pela Prof<sup>a</sup> Flávia de Almeida Moura, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e tem financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) com vigência de 2012 a 2014.

(CONATRAE)<sup>7</sup>, sendo responsável por receber e encaminhar denúncias de trabalhadores, produzindo regularmente estatísticas sobre a dimensão do problema no país. A entidade coordena desde 1997 a Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

A ONG Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se um das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de brasileiros.

## **2. A atuação de duas entidades da rede: a CPT e a Repórter Brasil**

Existe uma rede de denúncia da exploração da mão-de-obra escrava, composta por várias entidades que atuam em todo o país no combate e prevenção do trabalho escravo contemporâneo, entendido aqui como todas as formas de exploração em que há imobilização da mão-de-obra por meio da coação física e/ou moral, da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços (ESTERCI, 1994). Neste cenário, estão inseridas de forma atuante a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a ONG Repórter Brasil, objeto de estudo deste artigo.

A presença das ONGs -- entendidas aqui segundo Landim (1998) como sendo “assessoria e apoio aos movimentos populares” como costumeiramente se auto-definem -- nos movimentos sociais desde a década 70 tem crescido de forma notória nos últimos anos, o que refletiu numa maior visibilidade deles.

(...) na virada dos anos 70/80, essas entidades voltam os seus investimentos para a atuação no campo dos movimentos sociais que então crescem pelo país (como o sindical urbano e rural, os de luta pela terra e os de moradores de áreas periféricas das cidades), padrão que passa a predominar largamente sobre a ação do tipo comunitário localizado (que, no entanto, nunca será de todo abandonada): tanto é, que passam a se

---

<sup>7</sup> Segundo informações do portal da entidade na internet: [www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br).

auto classificar como entidades “a serviço do Movimento Popular. (LANDIM, 1998, p. 41).

Juridicamente, conforme Landim (1998), as “ONGs” são sociedades civis sem fins lucrativos e enquadram-se na legislação referente a esse tipo de organização. Essas sociedades são formalmente reconhecidas pelo Código Civil Brasileiro de 1916 enquanto pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos. Compreendem, segundo o art.16, I – “As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações”. As ONGs, então, poderão escolher o registro legal seja de sociedades civis (ou associações, a lei usa as duas expressões transitivamente), seja de fundações – o que é menos frequente.

A forte e crescente presença de entidades do terceiro setor em ações sociais pode ser explicada (HENRIQUES, 2007), pelo fato de a sociedade civil organizada enfrentar dificuldades por falta de novas definições metodológicas em relação ao diagnóstico e ao planejamento da comunicação.

Uma visão a partir dos públicos (e não dos instrumentos) parece ser extremamente útil para posicionar estas questões sob uma ótica humanista e verdadeiramente interessada na participação ampla e democrática. (HENRIQUES, 2007, p.13)

Tal preocupação pode ser observada em alguns produtos de comunicação da CPT, como por exemplo, na sanfoninha, que se utiliza do cotidiano e da linguagem do trabalhador rural a fim de conseguir passar a sua mensagem.

Uma das grandes ações da Comissão Pastoral da Terra no contexto da prevenção e do combate à exploração da mão-de-obra escrava é a Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, que, segundo o seu coordenador, Xavier Plassat, teve início formalmente em 1997, como resultado de um processo de discussão das CPTs da Grande Região Norte da CPT (PA, MA, TO), inicialmente provocado pela CPT do sul-Pará, em relação à necessidade de se articularem na prevenção e combate ao trabalho escravo, de acordo com a posição de cada estado ao longo da rota do aliciamento e da escravização (estados emissores e estados receptores de mão-de-obra). Porém é anterior a essa data a atuação estratégica da CPT em relação ao trabalho escravo.

Ainda de acordo com Xavier, a campanha tem, desde o início dos anos 1970, e com acentuação evidente a partir de 1997, se comportado estrategicamente na busca por espaço e

maior alcance tanto para a prevenção quanto para o combate ao trabalho escravo. No tocante às estratégias de comunicação utilizadas pela CPT (o que nos interessa nesse caso), para atingir os seus objetivos, Xavier relata que:

Não há uma real estratégia de comunicação formalizada, mas que existem sim várias ações, bem como produtos de comunicação, planejadas nesse sentido, como por exemplo, instrumentos de divulgação (sanfoninha, cartaz, calendário, banners) e logomarca (garoto-propaganda, lema “De Olho aberto para não virar escravo”); uma política de ampla disponibilização dos dados disponíveis (desde que não considerados confidenciais ou de risco); elaboração de notas públicas de acordo com as necessidades conjunturais; aproveitamento das oportunidades de aparição pública da campanha (entrevistas, debates, prêmios) para pautar a mídia, tanto nacional como internacional com bastante comunicação voltada para Europa e EUA, onde há parceiros eficazes, como a *Free the Slaves*, *AntiSlavery International*, *CRS*, *Trocaire*, *Fastenopfer*, entre outras. (Informação verbal)<sup>8</sup>

Para entendermos como se dá esse processo de construção das estratégias de comunicação a serem utilizadas para se conseguir uma mobilização da sociedade, de forma geral, mas principalmente junto aos grupos de trabalhadores rurais vulneráveis ao aliciamento para o trabalho escravo, recorremos a Márcio Simeone Henriques (2007), na discussão sobre estratégias de mobilização social:

Sendo a participação uma condição intrínseca e essencial para a mobilização, a principal função da comunicação em um projeto de mobilização é gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e valores. (HENRIQUES, 2007, p. 20).

Desta forma, para que se tenha êxito num trabalho de mobilização da sociedade quanto ao enfrentamento do problema do trabalho escravo contemporâneo, torna-se necessário o convencimento desta de que a questão a atinge diretamente, uma vez que mesmo inconscientemente, acaba colaborando com tal prática quando consome um produto de uma empresa que se utiliza de mão-de-obra escrava, por exemplo. Do mesmo modo, o trabalhador muitas vezes não se reconhece como “escravizado” e, em muitos casos, naturaliza a condição de exploração.

---

<sup>8</sup> Trecho de entrevista concedida por Xavier Plassat, outubro de 2011, trabalho de campo, Araguaína/TO.

A CPT possui alguns produtos de comunicação confeccionados estrategicamente para a prevenção da exploração da mão-de-obra escrava junto aos trabalhadores. Um bom exemplo é aquele chamado de “sanfoninha”. Conforme citado anteriormente, trata-se de um material impresso dobrado em várias partes, que cabe no bolso e que conta, por intermédio de uma história em quadrinhos (HQ), uma história bem conhecida dentre os trabalhadores escravizados: um agenciador que convida um grupo de trabalhadores para uma empreitada prometendo verbalmente algumas condições de trabalho mas, que chegando no local, não era nada daquilo que prometia. Situações de maus tratos, desrespeito à dignidade humana, condições insalubres de trabalho (alojamento, alimentação) e demais são tratadas no HQ que, ao final, indica a denúncia como a melhor solução: “Diga não à escravidão. Obrigar alguém a trabalhar por dívida ou mediante fraude ou violência ou em condições degradantes é crime. Impedir sua saída é crime. Denuncie! (Trecho extraído de sanfoninha da CPT, 2011). O material ainda possui, nas páginas posteriores, outras informações referentes a contrato de trabalho, acordo coletivo, carteira assinada, além de telefones e endereços úteis de entidades que compõem a rede de denúncia, distribuídas pelo país.

Segundo Plassat, a primeira versão da sanfoninha foi produzida no ano de 1998 e é, desde lá, atualizada e reimpressa a cada ano. O coordenador relata que o material de divulgação é destinado ao trabalhador em situação de risco e entregue a ele por equipes, sindicatos, associações parceiras e dos próprios trabalhadores, que muitas vezes pedem para seus colegas. Ele relata ainda que todas as equipes da Campanha recebem uma quantidade suficiente para seu trabalho e de seus parceiros regionais e a distribuição é feita de mão em mão, mediante uma conversa de quem entrega; alguns fiscais do MTE distribuem aos trabalhadores resgatados no ato da fiscalização.

A ONG Repórter Brasil<sup>9</sup> desenvolve diversos trabalhos de defesa aos direitos humanos, mas abordaremos nesta comunicação as ações do projeto “Escravo, nem pensar!”<sup>10</sup>, que

---

<sup>9</sup> Fundada em 2001, a ONG Repórter Brasil, é formada por jornalistas, educadores e cientistas sociais, cujo objetivo é “fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil.” A RB articula atividades de prevenção ao trabalho escravo nos seis estados supracitados, em cada um deles conta com a parceria de organizações sociais e do poder público local, indispensáveis para a execução do programa.

<sup>10</sup> “Escravo, nem pensar!”, é um programa surgido após as demandas do I Plano Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo e atua em 43 municípios de seis estados: Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Bahia. Sua missão é diminuir o número de pessoas aliciadas para o trabalho escravo através da formação de professores e líderes comunitários cuja função é difundir, em suas respectivas organizações, o conhecimento em relação ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo contemporâneo. Além de capacitar os “multiplicadores”, a ONG Repórter Brasil em parceria com

consiste em formar educadores e lideranças populares a desenvolverem projetos educacionais e atividades comunitárias com informações a respeito do trabalho escravo contemporâneo, além de criar debates sobre as violações dos direitos desses trabalhadores.

Como trabalha diretamente nas regiões onde o problema ocorre, as informações chegam aos trabalhadores por meio de panfletos e demais meios de comunicação local mediados por líderes comunitários, educadores, entre outros. A ideia é trabalhar em várias instâncias da sociedade, como nas escolas e junto às lideranças comunitárias.

Todo esse trabalho é feito com a colaboração do Centro de Defesa de Açailândia (CDVDH/CB), responsável pela articulação dos educadores e lideranças comunitárias que participam como multiplicadores, além de viabilizar o local de realização da capacitação. Além do apoio do Centro de Defesa, a Secretaria Municipal de Educação seleciona as escolas e libera os professores que realizam a capacitação. Nesse contexto, as entidades se apropriam das relações sociais e das redes dispostas nas comunidades envolvidas para a realização do trabalho de prevenção ao trabalho escravo, sejam em âmbito familiar, dos bairros ou mesmo dos círculos de amizade e compadrio (GROSSETI, 2009).

No caso do projeto, os grupos que desenvolvem atividades são identificados de forma hierárquica, uma vez que a Repórter Brasil ocupa lugar central no processo, por ser a “criadora” desse mecanismo de defesa, que é o “Escravo, nem pensar!”, seguido pelo Centro de Defesa, a Secretaria Municipal de Educação e, em última instância (na base), a rede de educadores e líderes comunitários.

O que distingue a rede coletiva é a forma de compartilhar os recursos de mediação, que são específicas de cada ligação em rede, enquanto eles são (pelo menos em teoria) partilhados pelo grupo. Enquanto que os recursos ao circular ao longo de canais relacionais dentro da rede, eles podem ser acessados de acordo com as regras de acesso em um grupo. (GROSSETTI, 2009, p. 61)

O trabalho desenvolvido pelo projeto “Escravo, nem pensar!” está vinculado à formação de opinião por meio da construção de discursos que demandam um poder de fala. Segundo Enesita Araújo (2000), em seu texto *Mediações de Poder*, o poder de fala depende do capital simbólico, que seriam os interesses individuais, de grupos, posição social, além de poder econômico e social de quem fala.

---

outras organizações é responsável por produzir os materiais didáticos, (que também são nosso objeto de estudo), e acompanhar as atividades nos municípios.

A legitimidade discursiva é determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos falantes. Passa por interesses individuais, grupais e de classe (contexto existencial), pela história das relações institucionais anteriores e pela forma de mediação discursiva (contexto situacional), pela concorrência de outras falas (contexto intertextual) etc. É o reconhecimento de um discurso como legítimo, pelos receptores, que instaura as relações de poder que lhe são inerentes. (ARAÚJO, 2000 p.1)

Há uma disputa por poder simbólico entre grupos de defesa, principalmente em busca de apoio às suas ações. As produções de sentido realizadas nos discursos das organizações tem resultado em financiamentos para a execução de trabalhos como no caso da ONG Repórter Brasil, que tem conseguido recursos para trabalhar em cidades do Brasil, como Açailândia, no Maranhão, onde a prevalência de exploração da mão-de-obra escrava é alarmante.

Por meio do “Escravo, nem pensar!”, a ONG trabalha com lideranças comunitárias e grupos escolares utilizando mecanismos de comunicação que lhe dão legitimidade de fala, como informações detalhadas sobre a exploração do trabalhador, discurso que chama a atenção do educador e dos alunos sobre o problema. Araújo (2000) aponta que o poder simbólico, na mobilização social define os modos pelos quais os atores sociais disputam, através de práticas discursivas, a prevalência do seu modo de perceber e classificar as coisas do mundo, isto é, de produzir a realidade e, portanto, de intervir sobre essa realidade.

O desafio constitui-se na inserção de ideias, muitas vezes, não veiculadas pelos meios de comunicação tradicionais ou ainda mesmo que não chegam a esse público trabalhado pelo projeto. Segundo informações coletadas em entrevistas já desenvolvidas pelo projeto de pesquisa em desenvolvimento<sup>11</sup>, muitos trabalhadores não se veem no discurso apresentado sobre suas condições. O que demanda mais ainda das entidades de combate um posicionamento de reconhecimento, uma vez que:

(...) as relações de poder entre interlocutores são, assim, determinadas pela forma de como os dispositivos de enunciação são reconhecidos e consumidos. Ao reconhecer-se no enunciado de um texto, ao sentir-se identificado com a cultura ali expressa, ao acatar as imagens que o emissor lhe propõe, o receptor aceita as regras do jogo e fica sob o poder do texto. (ARAÚJO, 2000, p. 4).

---

<sup>11</sup> Dados de trabalho de campo realizado em julho de 2012, em Açailândia (MA), junto a trabalhadores egressos do trabalho escravo contemporâneo.

A utilização dos educadores locais para serem disseminadores do discurso de defesa do trabalhador é um meio legitimado de fala que permite uma melhor ampliação das informações divulgadas pela Repórter Brasil. Esse campo de atuação é de extrema importância, pois:

Eles estão em constante contato com quem mais precisa dessas informações, estudantes jovens que, por estarem no vigor da força física, são os mais visados pelos aliciadores para derrubada de floresta e abertura de pastagens. E com os estudantes adultos que tomam contato pela primeira vez com o tema e, algumas vezes, são trabalhadores rurais e têm a oportunidade de refletir sobre as condições de trabalho a que já foram submetidos. Além das crianças, que em breve poderão aumentar as fileiras de trabalhadores escravizados. (Informação verbal)<sup>12</sup>

Podemos pensar os educadores como agentes das mediações das informações passadas pelo projeto levando em consideração a perspectiva de Jesús Martín-Barbero (2001), sobre os três lugares fundamentais de mediação, que são a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Podemos pensar nesses conceitos aplicados ao trabalho desenvolvido pela ONG junto às comunidades.

O projeto “Escravos, nem pensar!” não leva a informação diretamente aos trabalhadores. Eles difundem essa informação com as lideranças da comunidade, que por sua vez vão repassar esse conhecimento para a comunidade em uma linguagem acessível que está inserida no modo de viver que os faça se reconhecer na informação repassada. Pois, segundo Barbero (2001) o bairro pode ser visto como “lugar” de reconhecimento, onde se podem ser constituídas as identidades, permitindo um melhor entendimento das mediações que reconfiguram os processos de recepção ao longo dos tempos. O cotidiano é um lugar de análise do processo de recepção, pois nele encontram-se as relações mais intrínsecas; no cotidiano familiar o sujeito fala o que pensa e se expõe sem muitas reservas por se sentir em um ambiente seguro.

A recepção, portanto, é um fenômeno coletivo onde está em jogo uma série de conflitos -- neste caso, a necessidade de sobreviver dos trabalhadores que se sentem “obrigados” a aceitar esse tipo de trabalho degradante --, além da falta de acesso à educação básica das comunidades vulneráveis ao trabalho escravo e do confronto com o discurso do

---

<sup>12</sup> Trecho de texto publicado em <http://escravonempensar.org.br>.

aliciador, também conhecido como *gato*, responsável por recrutar trabalhadores e formar turmas para atuarem principalmente em fazendas de gados e carvoarias; principais atividades econômicas em que são encontradas situações de escravidão contemporânea.

Por mais que as informações dos meios de comunicação tradicionais não cheguem de forma tão clara a esses grupos, a comunicação direta feita pelos grupos de defesa constitui-se eficaz por trabalhar nas redes do cotidiano uma vez que o trabalhador se reconhece nesse espaço. Segundo Barbero (2001), as “fontes de mediação<sup>13</sup>”, não vêm somente dos meios, da mensagem e dos gêneros, mas de outras fontes, anteriores e posteriores ao processo receptivo.

Ao pensar na escola como um núcleo de debate sobre a sociedade, educadores e líderes comunitários podem atingir também toda a comunidade do entorno, a partir de seu envolvimento nas atividades. Os estudantes tomam contato com o tema em sala de aula e participam dos projetos desenvolvidos nas escolas, realizando atividades diversificadas e interdisciplinares, como peças de teatro, concurso de paródias, produção de textos, programas de rádio, vídeos, pesquisas, feiras escolares, confecção de cartazes, entre outros. A partir daí, levam esse conhecimento para as suas redes ou núcleos de vivência, como a família, a igreja, e outros grupos sociais dos quais faz parte.

Os trabalhos desenvolvidos como peças teatrais, por exemplo, buscam desenvolver nos estudantes a consciência de que existe o trabalho escravo, e por outro lado, a comunidade, ao assistir as peças, acaba se reconhecendo no que é encenado, levando-os a perceber que já foram ou são vítimas de exploração da mão-de-obra. Daí a necessidade de lidar com diferentes grupos e confrontar as ideias a fim de formular uma consciência coletiva.

Além de trabalhar diretamente nas comunidades que tem grandes índices de incidência no trabalho escravo, a Repórter Brasil possui uma Agência de Notícias na internet, que utiliza o texto jornalístico por meio de reportagens a respeito dos direitos trabalhistas e violações dos mesmos. Atualmente, essa agência de notícias é reconhecida como uma das principais fontes

---

<sup>13</sup> As fontes de mediação são os lugares onde se originam tais mediações, como classe social, raça, política, economia, etnia, condições contingenciais e situacionais, ou ainda instituições públicas e/ou movimentos sociais, entre outros.

de informação sobre questão agrária, trabalho rural e meio ambiente uma vez que pauta a grande mídia brasileira e até mesmo internacional acerca desses temas<sup>14</sup>.

As informações veiculadas não são destinadas ao trabalhador em si, pois esse não teria acesso à internet, o foco são organizações políticas, que têm poder para criar políticas públicas que minimizem o problema.

### **3. Considerações Finais**

Ao estudar algumas estratégias de comunicação implementadas pelas duas entidades – CPT e Repórter Brasil – que fazem parte da rede de denúncia no contexto do trabalho escravo no Maranhão percebemos que as ações são focadas para públicos diferentes e, por sua vez, trabalham com estratégias distintas de mobilização social. Enquanto a CPT foca mais no trabalhador bem como no acesso às informações de seus direitos trabalhistas (no caso da sanfoninha), a Repórter Brasil trabalha junto aos mediadores, como os agentes do movimento social, lideranças comunitárias e educadores, por intermédio do projeto Escravo, nem pensar! e, numa outra linha de atuação, com a formação de opinião pública sobre o assunto junto aos produtores da notícia tanto nacional quanto internacional, por intermédio da Agência de Notícias.

Entendemos essas entidades como constituintes de uma rede que perpassa toda a sociedade, desde sua base (os trabalhadores) até os formadores de opinião, representados pelos operadores da mídia, que elaboram discursos cotidianamente sobre a questão, dando visibilidade ao problema.

O estudo da atuação de entidades que fazem parte desta rede pode nos ajudar a compreender as estratégias utilizadas em vários níveis de organização do movimento social articulado tanto regional, nacional quanto internacionalmente. Dessa forma, acreditamos contribuir para o fortalecimento do campo da Comunicação entendida aqui como estratégica para a articulação dessas entidades de combate ao trabalho escravo em rede.

---

<sup>14</sup> Segundo dados da ONG, a Agência de Notícias da Repórter Brasil tem uma audiência de 450 mil visitantes/mês, um boletim que atinge 50 mil pessoas/semana e um programa de rádio veiculado para mais de 120 mil pessoas. Possui, ainda, leitores em 78 países nos cinco continentes.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Enesita. **Mediações e Poder**. Anais COMPÓS, Porto Alegre, 2000.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Cedi :Rio de Janeiro, 1994.

GROSSETTI, Michel. **¿Qué es una relacion social? Un conjunto de mediaciones diádicas**. REDES. Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol.16, art. 2, 2009.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

LANDIM, Leilah. **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc**. NAU. Rio de Janeiro, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

### **Sites consultados:**

<http://reporterbrasil.org.br>

<http://escravonempensar.org.br>.

<http://www.cptnacional.org.br>